



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 12/2022

CONTRATO TRE-RO N. 12/2022

PROCESSO SEI N. [0002802-74.2021.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 10/2022

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,
E A EMPRESA SAGRES TÁXI AÉREO
LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE TÁXI AÉREO, TIPO HELICÓPTERO.**

A **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no **CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **SAGRES TÁXI AÉREO LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n. 01.539.425/0001-36**, com sede no Setor Hangares, Hangar n. 25 - Lago Sul - Aeroporto Internacional de Brasília, CEP: 71.608-030 - Brasília - DF, Telefone (s): (61) 3366-5005/(61) 98321-3330/(61) 98321-3333, E-mail(s): sanches_407@hotmail.com; contato@voesagres.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, senhor **ADRIANO SANCHES DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 300/2022-PRES/DG/GABDG, de 24/03/2022 (evento [0805222](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho n. 463/2022-PRES/DG/GABDG, de 02/05/2022 (evento [0822388](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

“DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada, detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), para execução de serviços de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2022, devendo a aeronave possuir capacidade para, no mínimo, 4 (quatro) passageiros e 150 Kg (cento e cinquenta quilogramas) de carga, para a execução dos cronogramas e itinerários das viagens descritos neste instrumento contratual e no Termo Referência respectivo.

Subcláusula Primeira - Em todas as viagens, a CONTRATADA deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento do itinerário especificado, responsabilizando-se, inclusive, por toda a logística de abastecimento da aeronave. Sugerem-se as cidades de Guajará-Mirim e Costa Marques, ambas em Rondônia, para apoio à logística das operações.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços contratados, tais como: tarifas aeroportuárias, de comunicações, combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, seguros de responsabilidade civil, despesas com permanência em solo, transporte, estadia e alimentação de tripulantes e outros.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do contrato.

Subcláusula Quarta - As coordenadas geográficas (latitude e longitude) de cada localidade onde serão prestados os serviços são as seguintes:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. **Guajará-Mirim:** Latitude: 10° 46' 58'' S // Longitude: 65° 20' 22'' W
2. **Santo André:** Latitude: 11° 09' 47'' S // Longitude: 065° 01' 01'' W
3. **Rio Negro Ocaia:** Latitude: 11° 11' 00'' S // Longitude: 064° 50' 05'' W
4. **Pedras Negras:** Latitude: 12° 51' 14'' S // Longitude: 062° 54' 07'' W
5. **Costas Marques:** Latitude: 12° 26' 42'' S // Longitude: 064° 13' 37'' W"

Subcláusula Quinta – A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. De acordo com informação disponível no site da ANAC: <http://www.anac.gov.br/Anac/assuntos/setor-regulado/aerodromos>, ACESSO RÁPIDO - LISTA DE AERÓDROMOS PÚBLICOS, o aeroporto de Guajará-Mirim está autorizado para operações VFR Diurno/Noturno e IFR Diurno/Noturno, dentro das especificações de operação definidas no ato de autorização. Contudo, as condições de operação, nas datas dos voos, devem ser checadas no site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA). **Independente dessas informações, TODOS os voos foram previstos para iniciar e encerrar em período diurno.**

Subcláusula Sexta – A CONTRATADA deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Termo de Referência respectivo e em seus anexos, incluindo os critérios de sustentabilidade social e ambiental, e as condições de habilitações indicados no Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Sétima – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

DA ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DA AERONAVE

CLÁUSULA SEGUNDA – A aeronave a ser disponibilizada também deverá atender aos seguintes requisitos mínimos e disposições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Registro da (s) Aeronave (s) junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes da Resolução ANAC n. 293/2013 e eventuais alterações;
2. Certidão de matrícula, Nacionalidade e Aeronavegabilidade da aeronave (ou das aeronaves) indicada para a execução dos serviços, emitidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 135 e eventuais alterações;
3. Ficha de Inspeção Anual da Aeronave (FIAM) aprovada e dentro do prazo de validade **ou** registro dos últimos serviços de manutenção que atestam a Inspeção Anual de Manutenção (IAM), em conformidade com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 91 e eventuais alterações;
4. Licença de Estação da Aeronave emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, de acordo com a Lei n. 9.472/1997 e eventuais alterações.

DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – 1º TURNO

CLÁUSULA TERCEIRA – Para o 1º Turno das Eleições de 2022, a execução dos serviços ora contratados deverá obedecer ao cronograma de viagens abaixo discriminado, os quais poderão sofrer variações, sem qualquer ônus ao Contratante, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020. Esta variação se justificaria em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia e eventuais de medidas sanitárias restritivas que possam ser adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições de 2022:

Logística de Transporte: Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da contratada/ Guajará-Mirim/ cidade de destino			

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
02	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
04	Guajará- Mirim/Costa Marques /Pedras Negras /Guajará- Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (01/10/2022) período da manhã

Subcláusula Primeira - A aeronave deverá ficar à disposição do Juízo da 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim a partir das 8h00min do dia 29/09/2022 (quinta-feira), até às 18h00min do dia 03/10/2022 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto.

Subcláusula Segunda - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 03/10/2022). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral da respectiva circunscrição.

CLÁUSULA QUARTA - Em caso de necessidade de realizar a operação de Contingência no 1º Turno das Eleições de 2022, além da logística



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adotada na Cláusula Terceira, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.

Subcláusula Primeira - A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitorais de Costa Marques ou Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado ao gestor do Contrato para o controle da execução dos serviços. Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.

Subcláusula Segunda - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 03/10/2022). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral.

CLÁUSULA QUINTA – Para o RECOLHIMENTO / RETORNO das pessoas e cargas, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (02/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Pedras Negras/ Costa Marques/ Guajará-Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

Subcláusula única - Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral. Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do contrato.

DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – 2º TURNO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA – Para o 2º Turno das Eleições de 2022, se houver, a execução dos serviços ora contratados deverá obedecer ao cronograma de viagens abaixo discriminado:

Logística de Transporte: Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da Contratada/ Guajará- Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
04	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Guajará- Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (29/10/2022), período da manhã

Subcláusula Primeira - A aeronave deverá ficar à disposição do Juízo da 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim a partir das 8h00min do dia 27/10/2022 (quinta-feira), até às 18h00min do dia 31/10/2022 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto.

Subcláusula Segunda - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 31/10/2022). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juízo Eleitoral.

CLÁUSULA SÉTIMA - Em caso de necessidade de realizar a operação de Contingência no 2º Turno das Eleições de 2022, se houver, além da logística adotada na Cláusula Sexta, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.

Subcláusula Primeira - A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitoral de Costa Marques ou Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado previamente ao gestor do Contrato para o controle da execução dos serviços. Esses serviços são ESTIMATIVOS e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.

Subcláusula Segunda - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min do domingo (dia 31/10/2022). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juízo Eleitoral.

CLÁUSULA OITAVA – Para o RECOLHIMENTO / RETORNO das pessoas e cargas, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (30/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Costa Marques / Guajará-Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula única - Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral. Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do contrato.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço global, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, o qual requisitará os serviços a serem realizados.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 57, caput e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – O prazo de vigência deste contrato é a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO até o dia 15/12/2022.

Subcláusula Primeira - O prazo de execução desta contratação obedecerá ao que segue:

I - Primeiro turno: de 29/09/2022 (quinta-feira) até o dia 03/10/2022 (segunda-feira), de acordo com o cronograma de viagens constante neste instrumento;

II - Segundo turno, se houver: de 27/10/2022 (quinta-feira) até o dia 31/10/2022 (segunda-feira), de acordo com o cronograma de viagens constante neste instrumento; e

III - IMPORTANTE - POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NAS DATAS DAS VIAGENS: Por extrema cautela, embora com o avanço da vacinação e a desaceleração dos efeitos da pandemia da COVID-19, fica registrada a possibilidade de alteração das datas das viagens, sem quaisquer ônus ao contratante, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 2020. Esta variação se justificaria em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia e eventuais de medidas sanitárias restritivas eventualmente adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições de 2022.

DO VALOR**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O valor estimado deste Contrato é de **R\$ 812.250,00** (oitocentos e doze mil duzentos e cinquenta reais), conforme proposta da CONTRATADA.

1º TURNO DAS ELEIÇÕES 2022:

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VO O	HOR A VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENT O (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMAD O R\$
01	Translado - Deslocamento cidade de origem/Guajará -Mirim/cidade de destino.				162.450,00
02	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã	9.025,00
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã	18.050,00
04	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras / Costa Marques/	760 km	6,0 h	Sábado (01/10/2022), período da manhã	54.150,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Guajará-Mirim				
Valor Rota 1 R\$					243.675,00

ROT A 2	ITINERÁRIO O Operação de Contingência (EVENTUA L)	KM VO O	HORA VO O	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENT O (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMAD O R\$
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.	9.025,00
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.	18.050,00
03	Guajará-Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.	54.150,00
Valor Rota 2 R\$					81.225,00

ROT A 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retor no	KM VO O	HOR A VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMEN TO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMAD O R\$
01	Guajará-Mirim	110	1,0 h	Domingo	9.025,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	/Santo André /Guajará-Mirim	km		(02/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).	
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início período da manhã.	18.050,00
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã, podendo se estender até o período da tarde.	54.150,00
Valor Rota 3 R\$					81.225,00
VALOR ESTIMADO PARA O 1º TURNO PARA AS ROTAS 1, 2, 3					
R\$					406.125,00

2 º TURNO DAS ELEIÇÕES 2022 (SE HOUVER):

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMADO R\$
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da Contratada/ Guajará-				162.450,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMADO R\$
	Mirim/ cidade de destino				
02	Guajará- Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral	9.025,00
03	Guajará- Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral	18.050,00
04	Guajará- Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (29/10/2022), período da manhã	54.150,00
PREÇO TOTAL DA ROTA 1 - (2º turno) R\$					243.675,00

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMADO R\$
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.	9.025,00
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou	18.050,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMADO R\$
	Ocaia/ Guajará-Mirim			30/10/2022), período da manhã.	
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.	54.150,00
PREÇO TOTAL DA ROTA 2 (2º turno) R\$					81.225,00

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMADO R\$
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (30/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).	9.025,00
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã.	18.050,00
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Costa Marques / Guajará-	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã podendo	54.150,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ROT A 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retor no	KM VO O	HOR A VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMEN TO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMAD O R\$
	Mirim			se estender ao período da tarde	
PREÇO TOTAL DA ROTA 3 (2º turno) R\$					81.225,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA AS ROTAS 1, 2, 3 (2º turno)		R\$			406.125,00

CONSOLIDAÇÃO DOS VALORES DO 1º E 2º TURNOS DAS ELEIÇÕES 2022:

VALOR TOTAL ESTIMADO DO 1º TURNO	R\$ 406.125,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO 2º TURNO (SE HOUVER)	R\$ 406.125,00
TOTAL GERAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (1º E 2º TURNOS)	R\$ 812.250,00

Subcláusula única: As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do PROGRAMA DE TRABALHO n. 02061003342690001 e ELEMENTO DE DESPESA n. 33.90.33.03, constantes no orçamento da Justiça Eleitoral – Eleições 2022, Notas de Empenho n. 2022NE000303 e 2022NE000304 (eventos [0823979](#) e [0823980](#)), ambas de 04/05/2022, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Votação em Locais de Difícil Acesso



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PLANO INTERNO	LDA TRANSP 1 LDA TRANSP 2
----------------------	------------------------------

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento no nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste contrato, **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 40.612,50** (quarenta mil seiscentos e doze reais e cinquenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária, desde que emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário), devendo constar expressa a renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Subcláusula Segunda – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação que rege a matéria.

Subcláusula Quarta - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta – A garantia deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

Subcláusula Sexta – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA quitou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O pagamento será efetuado após a conclusão dos serviços do 1º TURNO da eleição, com apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente realizados, o qual será realizado através de ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelo Chefe de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

I – Idênticas regras serão observadas no pagamento de serviços executados em decorrência de eventual **2º turno da eleição**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ou a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho.

III - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \quad I = (6/100)/ 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

V - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – No TRE-RO, a gestão deste contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Material do Patrimônio - COMAP, e a fiscalização desta contratação será de responsabilidade do Chefe de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, Guajará-Mirim e Costa Marque, respectivamente.

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor Neiton Lima de Carvalho, Técnico Judiciário/Assistente de Ouvidoria do TRE-RO, telefone: (69) 3211-2173, e-mail: ouvidoria@tre-ro.jus, o qual poderá ser futuramente alterado.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – São obrigações da CONTRATANTE:

I - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

II - Expedir, por meio do Juiz da 1ª Zona Eleitoral TRE-RO, autorização para execução dos serviços, na qual será informada, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;

III - Autorizar, desde que informado previamente ao ordenador de despesas, **operação de contingência** nos limites definidos neste termo de referência, na situação que suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitorais de Costa Marques ou de Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos;

IV - Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;

V - Rejeitar os serviços prestados pela contratada em desconformidade com as condições estabelecidas por este termo de referência;

VI - Efetuar o pagamento na forma prevista neste Contrato;

VII - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

VIII - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

XI - Alterar, caso necessário, a data de execução dos serviços previstos neste instrumento, com prévio comunicado à CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020. Esta variação se justificaria em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia e eventuais de medidas sanitárias restritivas eventualmente adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições de 2022.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATADA:

I - Realizar o objeto do presente instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital, na proposta ofertada e neste instrumento, atendendo às solicitações do contratante, conforme cronograma, percursos, condições e especificações discriminadas no objeto deste instrumento e horários de saída determinados nas solicitações recebidas do CONTRATANTE, devendo observar ainda as seguintes regras, além de outras aplicáveis à execução dos serviços:

a) A execução dos serviços de transporte aéreo obedecerá as normas da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, os Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil - RBAC, os Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica – RBHA e outros documentos acerca de Aviação Civil;

b) Na ocorrência de alterações da legislação aplicável aos serviços aéreos, que tenham repercussão no rol de documentos exigidos à habilitação da contratada e também pelo fato de que a maioria dos documentos está associada à medidas de segurança dos voos, essa situação será considerada e novos documentos poderão ser exigidos, em substituição ou alteração daqueles já apresentados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Disponibilizar a aeronave em perfeitas condições de voo, com tripulação, combustível, seguro obrigatório aeronáutico – RETA, nas forma especificada no termo de referência;

d) Comprovar o atendimento aos itens previstos na seção 135.166 do RBAC ANAC n. 135, ou alterações posteriores, que trata dos equipamentos de emergência: **operação sobre terreno desabitado ou selva, a saber:**

Somente é permitido operar uma aeronave segundo este Regulamento sobre terreno desabitado ou sobre selva, se ela possuir os seguintes equipamentos para sobrevivência e busca e salvamento:

(a) equipamento pirotécnico de sinalização;

(b) para helicópteros, um transmissor localizador de emergência (ELT) portátil ou de sobrevivência, que esteja em condições operacionais, que atenda aos requisitos dos parágrafos 91.207 (c) e (g) do RBAC nº 91. (Redação dada pela Resolução nº 546, de 18.03.2020);

*(c) um conjunto de sobrevivência colocado em bolsa de lona (ou similar), com conteúdo aprovado pela ANAC e apropriado à rota a ser voada **ou:***

(1) material para sinalização, independente do equipamento pirotécnico requerido pelo parágrafo (a) desta seção;

(2) material em quantidade suficiente para purificar água e fornecer um mínimo de caloria, para o consumo de cada ocupante por 24 horas;

(3) fazedor de fogo;

(4) uma faca e manual de sobrevivência;

(5) repelente de insetos;

(6) sal de cozinha;

(7) uma lanterna, uma bússola e um apito; e

(8) um conjunto de primeiros socorros (pode ser o mesmo exigido pelo parágrafo 135.177(b)(1)); e

(d) ressalvado o parágrafo (c) desta seção, a bolsa de sobrevivência por ele requerida pode ser dispensada em um avião equipado com um ELT automático transmitindo em 406 MHz ou em um helicóptero cujo ELT requerido pelo parágrafo (b) desta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seção transmita na referida frequência. (Redação dada pela Resolução nº 494, de 17.10.2018)

- e) Manter logística de reabastecimento (móvel ou fixo) de forma a suprir a autonomia de voo da aeronave nas ações estabelecidas pelo contratante;
- f) Receber do Juiz da 1ª Zona Eleitoral TRE-RO autorização para execução dos serviços, inclusive de contingência, na qual será informada, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;
- g) Aceitar, sem ônus ao contratante, a eventual mudança das datas das viagens, inicialmente previstas para OUTUBRO/22, para o mês de NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020, em função das consequências da pandemia da COVID-19, nos termos registrados no TR;
- h) Realizar vistoria técnica no equipamento, previamente à utilização da aeronave, de forma a constatar sua adequação ao uso de acordo com as exigências contratuais e, principalmente, como na legislação aplicada aos serviços de transporte aéreo;
- i) Garantir as condições de autonomia e abastecimento, visando atender aos requisitos da ANAC e a realização de operação segura, a saber:

RBAC ANAC 135.209 AUTONOMIA PARA VOO VFR:

(a) ...

(b) Somente é permitido iniciar uma operação VFR em um helicóptero se, considerando o vento e as condições atmosféricas conhecidas, esse helicóptero:

(1) tiver combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino;

(2) puder voar por um período adicional de 20 minutos, assumindo um consumo normal de combustível e óleo lubrificante em velocidade de cruzeiro ótima; e

(3) tiver uma quantidade adicional de combustível e óleo lubrificante suficiente para compensar o aumento do consumo em caso de possíveis contingências. (Redação dada pela Resolução nº 494, de 17.10.2018)

- j) Apresentar, previamente à execução dos serviços, o **plano de voo das viagens** (RBAC ANAC n. 1) com todos os elementos exigidos pelas normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

k) Manter todos os registros da empresa, aeronave e do piloto em plena validade em todo o período da vigência do contrato, inclusive com as demais habilitações e autorizações dos órgãos fiscalizadores e reguladores aéreo.

II - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do contratante;

III - Manter-se durante a execução do contrato em situação de plena regularidade com os requisitos habilitatórios, inclusive com em relação aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

IV - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização pelo contratante, devendo a contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

V - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente instrumento, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

VI - Manter os serviços deste instrumento coberto por **apólice de seguro de responsabilidade civil** - Seguro obrigatório aeronáutico – RETA, para eventuais indenizações por danos pessoais e/ou materiais decorrentes da execução do objeto contratado. No caso de vencimento da apólice apresentada no certame licitatório, o documento comprobatório da renovação deverá ser apresentada imediatamente ao contratante, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das sanções estabelecidas no contrato;

VII - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;

VIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

IX - Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros vinculados à execução do presente contrato;

X - Providenciar nos órgãos competentes, às suas expensas, documentação, taxas e licenças necessárias à execução dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XI - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XII - Cumprir todas as demais obrigações previstas no edital, na proposta, no contrato e na legislação aplicável aos serviços.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em caso de descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato para apresentar a **garantia contratual e, se vencida, a renovação da apólice do Seguro obrigatório aeronáutico – RETA** apresentada na fase do certame licitatório:

- a) Até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
- b) De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Atraso injustificado no início da execução das viagens previstas em cada uma das rotas descritas no objeto do contrato:

- a) multa de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por hora de atraso, até o limite de 05 (cinco) horas;
- b) A partir da 5ª hora de atraso, sem prejuízo da multa prevista na alínea anterior, poderá ser considerada a inexecução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Não será considerado atraso injustificado a eventual alteração de horários, definida de forma consensual pelas partes, em função de situações que as tenham exigido.

III - Descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, assim como a manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação:

a) Primeiro atraso injustificado de até 03 (três) dia úteis: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

b) Segundo atraso injustificado de até 03 (três) dia úteis: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

III - Terceiro atraso injustificado de até 03 (três) dia úteis: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

IV - Quarto atraso injustificado de até 03 (três) dia úteis **ou** atrasos injustificados superiores a 03 (três) dia úteis, sem prejuízo das multas previstas nas alíneas anteriores, podem caracterizar a inexecução contratual.

Subcláusula Primeira – Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

1. Deixar de entregar documentação exigida no edital;
2. Apresentar documentação falsa;
3. Não mantiver a proposta;
4. Comportar-se de modo inidôneo;
5. Fizer declaração falsa;
6. Cometer fraude fiscal;
7. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto; e
8. Falhar ou fraudar na execução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira – Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quarta – O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

Subcláusula Quinta - O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Subcláusula Sexta - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Sétima – Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Oitava - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Nona - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

Subcláusula Décima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Primeira - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela Instrução Normativa nº 04/2008 do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Segunda - As multas previstas neste Contrato não eximem a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante ou a terceiros.

Subcláusula Décima Terceira - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Décima Quarta – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta - Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção Das Sanções Administrativas deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XI e XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 7.65/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nas recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil - RBAC; Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica - RBHA, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 04 de maio de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Pelo CONTRATANTE

ADRIANO SANCHES DA SILVA

Pela CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva Testemunha	Aldací Souza Mota Testemunha
--	---------------------------------



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/05/2022, às 18:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO SANCHES DA SILVA, Usuário Externo**, em 05/05/2022, às 10:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 05/05/2022, às 10:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 05/05/2022, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0823986** e o código CRC **56803A58**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 - INTRODUÇÃO

1.1 Em atendimento ao disposto incisos I a III do art. 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos artigos 3º, inciso XI, c/c 8º, inciso II, ambos do Decreto Federal n. 10.024/2019, elabora-se o presente Termo de Referência para contratação, por meio de pregão eletrônico, de empresa especializada na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), para atender demanda do Pleito Eleitoral de 2022.

1.2 De acordo com o art. 9º da Lei n. 10.520/2002, aplicam-se ao pregão eletrônico, de forma subsidiária, as normas da Lei n. 8.666/93.

2 - DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada, detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (**helicóptero**), para execução de serviços de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2022, devendo a aeronave possuir capacidade para, no mínimo, 4 (quatro) passageiros e 150 Kg (cento e cinquenta quilogramas) de carga, para a execução dos cronogramas e itinerários das viagens descritos no quadros adiantes e nas demais condições especificadas neste termo de referência:

1º TURNO:

Logística de Transporte: Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da contratada/ Guajará- Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará- Mirim/ Santo André/ Guajará- Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará- Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
	Mirim			
04	Guajará- Mirim/Costa Marques /Pedras Negras /Guajará- Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (01/10/2022) período da manhã

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará- Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (02/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Pedras Negras/ Costa Marques/ Guajará- Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

2º TURNO (SE HOVER):

Logística de Transporte: Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da Contratada/ Guajará-Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará-Mirim/ Santo André/	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
	Guajará-Mirim			manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
04	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (29/10/2022), período da manhã

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (30/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Costa MArques / Guajará- Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

2.2 NOTA IMPORTANTE - POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NAS DATAS DAS VIAGENS: Por extrema cautela, embora com o avanço da vacinação e a desaceleração dos efeitos da pandemia da COVID-19, fica registrada a possibilidade de alteração das datas das viagens, sem quaisquer ônus ao contratante, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020. Esta variação se justificaria em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia e eventuais de medidas sanitárias restritivas que possam ser adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições de 2022.

2.3 NOTA IMPORTANTE - INFORMAÇÕES DO AEROPORTO DE GUAJARÁ-MIRIM: A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. De acordo com informação disponível no site da ANAC: <http://www.anac.gov.br/Anac/assuntos/setor-regulado/aerodromos>, ACESSO RÁPIDO - LISTA DE AERÓDROMOS PÚBLICOS, o aeroporto de Guajará-Mirim está autorizado para operações VFR Diurno/Noturno e IFR Diurno/Noturno, dentro das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

especificações de operação definidas no ato de autorização. Contudo, as condições de operação, nas datas dos voos, devem ser checadas no site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA). Independente dessas informações, TODOS os voos foram previstos para iniciar e encerrar em período diurno.

2.4 DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

I - O **TRASLADO** previsto no quadro de viagens se refere ao deslocamento inicial da cidade onde a aeronave se encontra até a cidade de Guajará-Mirim e o retorno ao seu local de origem.

II - Os serviços consistem na distribuição e recolhimento de pessoal, urnas eletrônicas e materiais diversos, organizados em viagens e rotas, conforme descritas adiante:

1º TURNO DAS ELEIÇÕES:

I - Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09 ou 30/09/22), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09 ou 30/09/22), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará-Mirim/Costa Marques/Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (01/10/2022), período da manhã



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) **Período previsto de execução:** 08h do dia **29/09/2022 (quinta-feira)** até às 18h do dia **03/10/2022 (segunda-feira)**.
- b) Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 03/10/2022).
- c) A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.
- d) A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juíz Eleitoral da respectiva circunscrição.

II - Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (eventual)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/Costa Marques/Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.

- a) A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro de acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinado, de forma justificada, pelo Juízes Eleitoral de Costa Marques ou de Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informação previamente ao ordenador de despesas para autorização da execução dos serviços.

b) Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.

c) Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 03/10/2022).

d) A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

e) A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juíz Eleitoral.

III - Operação de Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (02/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Pedras Negras/ Costa Marques/ Guajará-Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral.
- b) Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do Contrato.

2º TURNO DAS ELEIÇÕES (SE HOVER):**Logística de Transporte: Operação de Distribuição**

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da Contratada/ Guajará- Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará- Mirim/ Santo André/ Guajará- Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará- Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
04	Guajará- Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Guajará- Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (29/10/2022), período da manhã

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) **Período previsto de execução:** 08h do dia **27/10/2022 (quinta-feira)** até às 18h do dia **31/10/2022 (segunda-feira)**.
- b) Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 31/10/2022).
- c) A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.
- d) A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juíz Eleitoral da respectiva circunscrição.

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro de acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitoral de Costa Marques ou Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado previamente ao ordenador de despesas para autorização da execução dos serviços.
- b) Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.
- c) Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 31/10/2022).
- d) A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.
- e) A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral.

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (30/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (31/10/2022),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
	/Costa Marques / Guajará-Mirim			início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

a) Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral.

b) Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do Contrato.

2.5 DAS CONDIÇÕES GERAIS DO SERVIÇO:

I - Em todas as viagens, a Contratada deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento do itinerário especificado, responsabilizando-se, inclusive, por toda a logística de abastecimento da aeronave. Sugerem-se as cidades de Guajará-Mirim e Costa Marques, ambas em Rondônia, para apoio à logística das operações.

II - A empresa vencedora deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços especificados no presente Termo de Referência e na legislação aplicável, tais como: tarifas aeroportuárias, comunicações, combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, seguros de responsabilidade civil e outros.

III - A contratada deverá arcar também com os custos inerentes à segurança da permanência da aeronave no solo, transporte e alimentação de seus tripulantes.

IV - A aeronave deverá ficar à disposição do Juízo da 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim:

a) No 1º turno das eleições: a partir das 9h do dia 29 de setembro de 2022 (quinta-feira) até às 18h do dia 3 de outubro de 2022 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto;

b) No 2º turno das eleições, se houver: a partir das 9h do dia 27 de outubro de 2022 (quinta-feira) até às 18h do dia 31 de outubro de 2022



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto.

V - As coordenadas geográficas (latitude e longitude) de cada localidade onde serão prestados os serviços são:

1. *Guajará-Mirim: Latitude: 10° 46' 58'' S // Longitude: 065° 20' 22'' W*

2. *Santo André: Latitude: 11° 09' 47'' S // Longitude: 065° 01' 01'' W*

3. *Rio Negro Ocaia: Latitude: 11° 11' 00'' S // Longitude: 064° 50' 05'' W*

4. *Pedras Negras: Latitude: 12° 51' 14'' S // Longitude: 062° 54' 07'' W*

5. *Costas Marques: Latitude: 12° 26' 42'' S // Longitude: 064° 13' 37'' W*

3 - DA JUSTIFICATIVA

3.1 Da Necessidade:

A 1ª Zona Eleitoral de Guajará-Mirim e a 5ª Zona Eleitoral de Costa Marques possuem localidades de **difícil acesso** no interior de suas áreas de atuação jurisdicional.

Em alguns distritos não há acesso facilitado por terra e água, em decorrência das condições geográficas e climáticas dessas regiões, aliado, ainda, ao pouco ou quase nenhum desenvolvimento econômico.

Outro fator que contribui para o agravamento do problema é o elevado número de aldeias indígenas em regiões fronteiriças ou com demarcação de reservas florestais, cuja localização é afastada dos centros urbanos, também sem qualquer estrutura de acesso, seja por via terrestre ou fluvial.

A Justiça Eleitoral de Rondônia vem provendo meios de transporte alternativos para a montagem de estruturas de votação e para a realização dos Pleitos Eleitorais, seja por meio de locação ou requisição de veículos, de locação de barcos ou mesmo, como último recurso, o fretamento de aeronaves, dado seu elevado custo, utilizado somente quando impossibilitadas as logísticas alternativas de transporte terrestres e fluviais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nos pleitos pretéritos este Tribunal vem utilizando aeronaves para realizar o acesso a esses locais de votação, especialmente para as localidades de Aldeia Rio Negro Ocaia, Aldeia Santo André e Distrito Pedras Negras.

Considerando que não há alteração nesse quadro em relação às Eleições de 2020, os chefes de cartório de Guajará-Mirim e Costa Marques solicitaram ([0750248](#) e [0750688](#)) a manutenção da logística de transporte aéreo por meio de helicóptero para atender essas localidades nas Eleições de 2022.

3.2 Perspectiva do interesse público - a contratação objetiva a promoção da cidadania de comunidades carentes localizadas em áreas de difícil acesso:

Embora o percentual de eleitores atendidos seja bastante pequeno, a solução excepcional de transporte encontra-se justificada, posto que compete a este Tribunal, em função de disposição constitucional e do Código Eleitoral Brasileiro, prover toda a logística de votação para as localidades de difícil acesso, com vistas a garantir o direito do cidadão brasileiro de exercer sua soberania por meio do Sufrágio Universal.

O quadro adiante reproduz a distribuição dos eleitores que serão atendidos

DISTRITOS / LOCALIDADES / POVOADOS	SEÇÕES	ELEITORES
Aldeia Rio Negro Ocaia	02	469
Aldeia Santo André	02	349
Distrito Pedras Negras	01	78
TOTAL	05	896
Fonte das informações: eventos 0750248 e 0750688.		

3.3 Da escolha da solução:

As distâncias dessas localidades à sede dos cartórios eleitorais são muito grandes. O meio de transporte mais seguro e rápido para atendê-las nas atividades de preparação e realização das eleições é comprovadamente a via aérea

A via aérea se mostra ideal, adequada, rápida e mais segura. A opção da contratação de aeronave do tipo helicóptero se deve pela maior flexibilidade na realização de pousos nas localidades que serão atendidas, entre as quais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

somente o distrito de Pedras Negras possui pista de pouso e decolagem para aeronaves, tipo avião de pequeno porte, mas por vezes está em manutenção, além de apresentar difícil acesso até a localidade.

Outras alternativas possíveis seriam o transporte terrestre e fluvial, contudo, ambas são inviabilizadas para essa região. Primeiro porque **não há nessas três localidades vias terrestres (estradas) em condições viáveis de trânsito.**

Em relação à via fluvial, é de conhecimento notório que, para as localidades de **Rio Negro Ocaia** e **Santo André** (Guajará-Mirim), nessa época do ano (outubro), **os rios de acesso se tornam não navegáveis por meio de barcos com motores convencionais, pois os rios ficam extremamente rasos.** A navegação somente é possível com barcos de pequeno porte (máximo de 03 pessoas), com motores estilo "rabeta", o que não proporciona nenhuma segurança as pessoas e a carga, além do tempo de chegada, que poderá ser de até 12 horas.

Para o **Distrito de Pedras Negras** (Costa Marques), o acesso pela via fluvial é viável, mas o tempo de deslocamento é em média de 13 horas, o que se mostra sacrificante e perigoso para os colaboradores e com riscos de danos para a carga (urnas eletrônicas e suprimentos).

As especificações mínimas exigidas para a aeronave, tipo helicóptero, justifica-se porque são aquelas mais usuais no mercado, além de atender perfeitamente as necessidades da demanda.

Quanto a definição do período (em dias) de disponibilidade da aeronave, justifica-se pelas peculiaridades climáticas da região que se mostra bastante instáveis nessa época do ano (outubro) com a ocorrência de pancadas de chuvas ao longo de todo o dia, o que pode comprometer as operações em determinados dias. Por tal motivo é necessária a disponibilidade da aeronave com pelo menos dois dias de antecedência às vésperas das eleições.

Os serviços foram dimensionados para atendimento dos 2 turnos de votação (embora possa ocorrer apenas o 1º turno) e subdivididos por **tipos de operação e Rotas**, para melhor identificar e especificar a logística adotada.

Além disso, em cada turno de eleição foi previsto a chamada **"Operação de Contingência"**, servindo de **reserva técnica** para atender as situações de emergência e imprevisíveis durante a logística de operação normal, condicionando o pagamento somente quando realizado, seja parcialmente ou total.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4 - DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, obtidos após a fase de Estudo técnico preliminar (ETP).

Além disso, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro das premissas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MACRODESAFIOS - SOCIEDADE, tanto pela garantia dos direitos fundamentais, quanto pelo fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade. Já em relação aos PROCESSOS INTERNOS concretiza a promoção da sustentabilidade.

A contratação consta no Planejamento Anual das Contratações para 2022 e se trata de despesa atrelada ao orçamento de eleições inserta da PLOA 2022 - Eleições, evento [0736673](#), em tramitação.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Serão exigidos critérios de sustentabilidade **social e ambiental**.

O Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

Por sua vez o **Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020** estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, cuja gestão está prevista no **Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021**.

Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Todavia, o **Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis, citando, entre eles, alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Em razão desses normativos, como **requisitos sociais e ambientais**, as empresas prestadoras dos serviços deverão:

- a) Usar equipamentos homologados pela ANAC, ANATEL e ABNT, no que diz respeito a normas técnicas e ambientais;
- b) Adotar mecanismos que minimizem os efeitos prejudiciais da aviação civil sobre o meio ambiente, particularmente no que diz respeito a ruídos e emissão de gases dos motores das aeronaves.
- c) Fornecer aos pilotos e passageiros os equipamentos de segurança que se fizerem necessários durante a execução de serviços;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa;
- e) Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

A qualquer momento a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências

6 - DO VALOR ESTIMADO – PESQUISA DE MERCADO / COTAÇÃO DE PREÇOS

6.1 O valor total estimado da contratação é de R\$ 1.152.000,00 (um milhão cento e cinquenta e dois mil reais), conforme detalhamento contido na **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO** juntada no evento [0800165](#) e reproduzido apenas no essencial no quadro adiante:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE ÚNICO (R\$)	
VALOR ESTIMADO PARA AS ROTAS 1, 2 E 3 - 1º TURNO	576.000,00
VALOR ESTIMADO PARA AS ROTAS 1, 2 E 3 - 2º TURNO (SE HOVER)	576.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO	1.152.000,00

7. DA CLÁUSULA DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

7.1 A contratação do serviço de fretamento de aeronave detalhado neste termo de referência está prevista no planejamento orçamentário desta unidade, despesa custeada pelo Orçamento de Pleitos Eleitorais do exercício de 2022, previsto do PLOA, registrado no processo 0003698-54.2020.6.22.8000, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Votação em Locais de Difícil Acesso
PLANO INTERNO	LDA TRANSP 1 R\$ 250.000,00 LDA TRANSP 2 R\$ 250.000,00
VALOR ESTIMADO	1º turno R\$ 459.000,00 Eventual contingência 1º turno: R\$ 117.000,00 2º turno R\$ 459.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Eventual contingência 2º turno: R\$ 117.000,00 Total: R\$ 1.152.000,00
--	--

7.2 Registra-se que a SAOFC deste Tribunal já deliberou ([0786591](#)) pela deflagração do certame, posto que o macro objetivo a ser alcançado e para garantir o acesso ao voto a todos os eleitores daquelas localidades, registrando que o valor a ser contratado, no limite do valor estimado, será objeto de reforço orçamentário por meio de remanejamento interno de despesas, ou mediante intercessão já realizada de suplementação junto ao TSE, conforme Ofício nº 17 / 2022 - PRES/DG/GABDG ([0798248](#)).

8 - DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e, ainda pelo cumprimento padronizado da legislação sobre eles aplicáveis. Por tal motivo, é possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Assim, deverá ser adotada a modalidade de pregão eletrônico prevista no art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e regulamentado pelo Decreto Federal n. 10.024/19, na forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço global, tipo menor preço para o lote único.

II - Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

III - **NÃO DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS:** Na busca da proposta mais vantajosa por meio da disputa dos licitantes, opina-se pela não divulgação do preço estimado dos serviços (Art. 15, §1º e §2º, do Decreto Federal 10.024/2019; Acórdão TCU n. 2898/2008 – Plenário).

8.2 DO AGRUPAMENTO DAS VIAGENS EM ROTAS E DE TODOS OS SERVIÇOS DO 1º E 2º TURNOS EM LOTE ÚNICO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Inicialmente deve ser registrado a identidade entre os serviços que compõem o objeto, todos de mesma natureza, os quais podem ser prestados por uma única empresa.

II - Vantagem econômica: Por certo, a divisão das viagens em itens diminuirá a competitividade, já que os valores seriam divididos por 3 ou 4, dependendo a rota. Agrupadas, as viagens que integram cada rota serão financeiramente mais atraentes às empresas do ramo pela economia de escala.

De notar-se que está sendo previsto o **traslado**, em cada turno, de apenas uma aeronave até o local dos serviços. Acaso abertas as rotas em itens, a Administração teria que arcar com o custo do traslado de até 3 aeronaves, em cada turno, o que não seria razoável porque oneraria de forma múltipla o valor total dos serviços. Acrescentando que caso ocorresse a separação dos trechos em itens, poderíamos ter empresas com oferta de lances apenas para um trecho, e sem proposta para outros, tornando a licitação deserta ou fracassada, diferente do que ocorre na inclusão de lote, em que a proposta oferecida inclui todos os trechos necessários à realização de todos os deslocamentos previstos. Além disso, com a prestação dos serviços por uma única empresa os procedimentos devem fluir com mais agilidade e eficiência.

Raciocínio bastante parecido também justifica o **agrupamento das viagens do 1º e de eventual 2º turno**. Como registrado, a prestação dos serviços por uma única empresa contribuem para mais agilidade e eficiência em todos os procedimentos das viagens. Mas há outro fator a considerar. Tendo como certas apenas as viagens do 1º Turno - já que as demais são eventuais, condicionada à ocorrência do 2º turno das eleições - acaso separadas as viagens poderá acontecer de a licitante vencedora das rotas do 2º turno firmar contrato com a Administração porém **não prestar qualquer serviço** pela finalização do pleito já no 1º turno, embora tenha que "reservar" a aeronave somente para o cumprimento dessa obrigação eventual. Esse quadro de incerteza certamente repercutirá no preço e, por fim, afetará a economicidade da contratação.

8.3 AFASTAMENTO DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

I - Face às razões expostas nas justificativas do **agrupamento** de todos os serviços do 1º e 2º turno em lote único, embora se trate de rotas separadas mas que, se assim contratadas não traria vantagem à Administração, deverá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser afastado o regime diferenciado das ME/EPP's, de acordo com o art. 49, III, LC n. 123/2006 e o art. 10, II, Decreto n. 8.438/2015. Isso porque o valor total estimado do lote único excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), motivo pelo qual o certame não terá destinação exclusiva para ME/EPP.

II - As ME/EPP's poderão participar com as demais regras de preferência.

8.4 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.4.1 Na elaboração da proposta a licitante deverá incluir todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de execução dos serviços a serem contratados.

8.4.2 No preenchimento da proposta, as empresas licitantes deverão detalhar os valores unitários (viagens/ítems) para a operação de cada rota por turno de eleição e o valor total dos serviços, **conforme o formulário padrão de propostas (ANEXO ÚNICO)**, posto que o valor proposto para cada **viagem**, de cada uma das respectivas rotas, também deverá estar compatível com os valores máximos estimados pela Administração para cada um desses eventos.

8.4.2.1 As licitantes deverão apresentar o documento de proposta - na forma do **ANEXO ÚNICO** - contendo todos os elementos ali relacionados, junto com a proposta, **exclusivamente**, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

8.4.3 Os lances serão ofertados sempre em relação ao valor total da proposta com o respectivo ajuste/redução dos preços das operações/viagens individuais que compõem os serviços.

8.4.4 Sagar-se-á vencedora do certame a licitante que ofertar o **menor valor global do lote único** para a execução dos serviços especificados neste termo de referência, compreendendo o somatório dos serviços e obedecido os valores máximos para cada operação/viagem, conforme explicitado nos ítems anteriores.

8.4.5 O valor estimado neste termo de referência constitui-se no preço máximo de aceitação das propostas ofertadas pelas licitantes, pois se trata de limite orçamentário ao qual este Tribunal está vinculado.

8.5 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E FISCAL: De acordo com as regras padrões do edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.6 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA: Para aferir a regularidade da habilitação técnica, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, sem prejuízo de outros legalmente exigíveis:

8.6.1 Da empresa:

I - No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da empresa, comprovando a realização dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto especificado no presente Termo de Referência.

i) Os atestados poderão ser originários de pessoa jurídica de direito público ou privado. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

II - Cópia da Outorga da Autorização para Operar expedida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (art. 180 e 181 do Código Brasileiro de Aeronáutica);

III - Certificado de Operador Aéreo - COA, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes definidas em RBAC;

IV - Cópia das Especificações Operativas, **na qual conste também autorização para realizar operação em terreno desabitado ou selva**, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 135 e eventuais alterações;

V - Autorização para realizar operação em áreas de pouso ocasional em conformidade com o item 91.327 (OPERAÇÃO DE HELICÓPTEROS EM LOCAIS NÃO HOMOLOGADOS OU REGISTRADOS), de acordo com as regras vigentes do RBHA ANAC n. 91 e eventuais alterações;

VI - Seguro de Responsabilidade do Transportador Aéreo (RETA), de acordo com as regras vigentes da Resolução ANAC n. 293/2013 e eventuais alterações, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo, ou seguro comprovado pela apólice vigente e respectivo comprovante de pagamento do prêmio para cobertura de sinistros.

8.6.2 Da aeronave ou aeronaves indicadas para a execução dos serviços:

I - Comprovação do Registro da Aeronave indicada para a execução dos serviços na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes da Resolução ANAC n. 293/2013 e eventuais alterações;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Certidão de matrícula, Nacionalidade e Aeronavegabilidade da aeronave (ou das aeronaves) indicada para a execução dos serviços, emitidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 135 e eventuais alterações;

III - Ficha de Inspeção Anual da Aeronave (FIAM) aprovada e dentro do prazo de validade **ou** registro dos últimos serviços de manutenção que atestam a Inspeção Anual de Manutenção (IAM), em conformidade com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 91 e eventuais alterações;

IV - Licença de Estação da Aeronave emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, de acordo com a Lei n. 9.472/1997 e eventuais alterações.

8.6.3 Do piloto indicado para a execução dos serviços:

I - Identificação do piloto, comprovada por meio da Caderneta Individual de Voo (CIV), expedida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 61 e eventuais alterações;

II - Comprovação das licenças e habilitações válidas do piloto, expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 61 e eventuais alterações, que podem ser complementados por declarações e atestados de horas de voo do piloto, emitidos pelas empresas de taxi aéreo ou contratantes dos serviços;

III - Certificado Médico Aeronáutico (CMA) do piloto, válido e regular, expedido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 67 e eventuais alterações;

V - Licença para exercer a atividade de piloto comercial de helicóptero (PCH), válida e regular, expedida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 61 e eventuais alterações.

8.6.3.1 Caso ocorram fatos supervenientes que obriguem, justificadamente, a contratada indicar novo piloto no período compreendido entre adjudicação e a execução do contrato, deverá ela encaminhar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias anteriores à data de realização dos serviços, todos os documentos relacionados no item 8.6.3 para análise e eventual aprovação pela Contratante, sob pena de apuração da responsabilidade pelo descumprimento contratual.

8.6.4 DA CONFERÊNCIA DOCUMENTAL: Todos os documentos técnicos apresentados serão consultados, desde que disponíveis, pela via



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eletrônica no site da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e em sites correspondentes.

9 - DO CONTRATO

9.1 Das condições gerais da contratação

9.1.1 Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

9.1.2 No ato da assinatura do contrato deverá ser comprovada a regularidade da adjudicatária com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

9.1.3 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

9.1.4 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

9.1.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.1.6 A contratada deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, no mínimo, 1 (um) número telefônico, 01 (um) correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre ela e o fiscal/gestor da contratada, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo representante da contratada.

9.1.7 O representante da contratada deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que sejam cumpridos os prazos e condições previstos no contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1.8 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

9.1.9 À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08. De forma supletiva: Lei n. 7.565/86, Código Brasileiro de Aeronáutica; recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil - RBAC; Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica – RBHA; outros documentos acerca de Aviação Civil; Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

9.2 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA, REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES:

9.2.1 Período previsto para a execução dos serviços:

I - Primeiro turno: de 29/09/2022 (quinta-feira) até o dia 03/10/2022 (segunda-feira), de acordo com o cronograma de viagens constante deste TR;

II - Segundo turno, se houver: de 27/10/2022 (quinta-feira) até o dia 31/10/2022 (segunda-feira), de acordo com o cronograma de viagens constante deste TR.

III - IMPORTANTE - POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NAS DATAS DAS VIAGENS: Por extrema cautela, embora com o avanço da vacinação e a desaceleração dos efeitos da pandemia da COVID-19, fica registrada a possibilidade de alteração das datas das viagens, sem quaisquer ônus ao contratante, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020. Esta variação se justificaria em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia e eventuais de medidas sanitárias restritivas eventualmente adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições de 2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2.2 Prazo de vigência: A partir da data de assinatura do Contrato até o dia 15/12/2022.

9.2.3 REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

9.2.3.1 Os valores serão irreajustáveis.

9.2.3.2 Admite-se eventual **reequilíbrio econômico-financeiro** na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

9.2.4 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

9.2.4.1 Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

II - Expedir, por meio do Juiz da 1ª Zona Eleitoral TRE-RO, autorização para execução dos serviços, na qual será informada, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;

III - Autorizar, desde que informado previamente ao ordenador de despesas, **operação de contingência** nos limites definidos neste termo de referência, na situação que suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitorais de Costa Marques ou de Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos;

IV - Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;

V - Rejeitar os serviços prestados pela contratada em desconformidade com as condições estabelecidas por este termo de referência;

VI - Pagar pelos serviços executados, obedecidas as seguintes regras:

a) O pagamento será realizado após a conclusão dos serviços do **1º turno da eleição**, com apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente executados, por meio de ordem bancária - ou ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelos Chefes de Cartórios da 1ª e 5ª Zonas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eleitorais, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

b) Idênticas regras serão observadas no pagamento de serviços executados em decorrência de eventual **2º turno da eleição**.

c) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ou a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho.

d) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

VII - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

VIII - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.;

9.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Executar os serviços nas condições, preços e prazos estabelecidos no edital, sua proposta comercial e no contrato, devendo atender às solicitações do contratante, conforme cronograma, percursos, condições e especificações discriminadas no objeto deste instrumento, horários de saída determinados nas solicitações recebidas do Contratante e observar ainda as seguintes regras, além de outras aplicáveis à execução dos serviços:

a) A execução dos serviços de transporte aéreo obedecerá as normas da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, os Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil - RBAC, os Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica – RBHA e outros documentos acerca de Aviação Civil;

b) Na ocorrência de alterações da legislação aplicável aos serviços aéreos, que tenham repercussão no rol de documentos exigidos à habilitação da contratada e também pelo fato de que a maioria dos documentos está associada à medidas de segurança dos voos, essa situação será considerada e novos documentos poderão ser exigidos, em substituição ou alteração daqueles já apresentados;

c) Disponibilizar a aeronave em perfeitas condições de voo, com tripulação, combustível, seguro obrigatório aeronáutico – RETA, nas forma especificada neste termo de referência;

d) Comprovar o atendimento aos itens previstos na seção 135.166 do RBAC ANAC n. 135, ou alterações posteriores, que trata dos equipamentos de emergência: **operação sobre terreno desabitado ou selva, a saber:**

Somente é permitido operar uma aeronave segundo este Regulamento sobre terreno desabitado ou sobre selva, se ela possuir os seguintes equipamentos para sobrevivência e busca e salvamento:

(a) equipamento pirotécnico de sinalização;

(b) para helicópteros, um transmissor localizador de emergência (ELT) portátil ou de sobrevivência, que esteja em condições operacionais, que atenda aos requisitos dos parágrafos 91.207



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(c) e (g) do RBAC nº 91. (Redação dada pela Resolução nº 546, de 18.03.2020);

*(c) um conjunto de sobrevivência colocado em bolsa de lona (ou similar), com conteúdo aprovado pela ANAC e apropriado à rota a ser voada **ou**:*

(1) material para sinalização, independente do equipamento pirotécnico requerido pelo parágrafo (a) desta seção;

(2) material em quantidade suficiente para purificar água e fornecer um mínimo de caloria, para o consumo de cada ocupante por 24 horas;

(3) fazedor de fogo;

(4) uma faca e manual de sobrevivência;

(5) repelente de insetos;

(6) sal de cozinha;

(7) uma lanterna, uma bússola e um apito; e

(8) um conjunto de primeiros socorros (pode ser o mesmo exigido pelo parágrafo 135.177(b)(1)); e

(d) ressalvado o parágrafo (c) desta seção, a bolsa de sobrevivência por ele requerida pode ser dispensada em um avião equipado com um ELT automático transmitindo em 406 MHz ou em um helicóptero cujo ELT requerido pelo parágrafo (b) desta seção transmita na referida frequência. (Redação dada pela Resolução nº 494, de 17.10.2018)

e) Manter logística de reabastecimento (móvel ou fixo) de forma a suprir a autonomia de voo da aeronave nas ações estabelecidas pelo contratante;

f) Receber do Juiz da 1ª Zona Eleitoral TRE-RO autorização para execução dos serviços, inclusive de contingência, na qual será informada, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;

g) Aceitar, sem ônus ao contratante, a eventual mudança das datas das viagens, inicialmente previstas para OUTUBRO/22, para o mês de NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020, em função das consequências da pandemia da COVID-19, nos termos registrados neste TR;

h) Realizar vistoria técnica no equipamento, previamente à utilização da aeronave, de forma a constatar sua adequação ao uso de acordo com as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigências contratuais e, principalmente, como na legislação aplicada aos serviços de transporte aéreo;

i) Garantir as condições de autonomia e abastecimento, visando atender aos requisitos da ANAC e a realização de operação segura, a saber:

RBAC ANAC 135.209 AUTONOMIA PARA VOO VFR:

(a) ...

(b) Somente é permitido iniciar uma operação VFR em um helicóptero se, considerando o vento e as condições atmosféricas conhecidas, esse helicóptero:

(1) tiver combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino;

(2) puder voar por um período adicional de 20 minutos, assumindo um consumo normal de combustível e óleo lubrificante em velocidade de cruzeiro ótima; e

(3) tiver uma quantidade adicional de combustível e óleo lubrificante suficiente para compensar o aumento do consumo em caso de possíveis contingências. (Redação dada pela Resolução nº 494, de 17.10.2018)

j) Apresentar, previamente à execução dos serviços, o **o plano de voo das viagens** (RBAC ANAC n. 1) com todas os elementos exigidos pelas normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA;

k) Manter todos os registros da empresa, aeronave e do piloto em plena validade em todo o período da vigência do contrato, inclusive com as demais habilitações e autorizações dos órgãos fiscalizadores e reguladores aéreo.

II - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do contratante;

III - Manter-se durante a execução do contrato em situação de plena regularidade com os requisitos habilitatórios, inclusive com em relação aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

IV - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização pelo contratante, devendo a contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente instrumento, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

VI - Manter os serviços deste instrumento coberto por **apólice de seguro de responsabilidade civil** - Seguro obrigatório aeronáutico – RETA, para eventuais indenizações por danos pessoais e/ou materiais decorrentes da execução do objeto contratado. No caso de vencimento da apólice apresentada no certame licitatório, o documento comprobatório da renovação deverá ser apresentada imediatamente ao contratante, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das sanções estabelecidas no contrato;

VII - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;

VIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

IX - Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros vinculados à execução do presente contrato;

X - Providenciar nos órgãos competentes, às suas expensas, documentação, taxas e licenças necessárias à execução dos serviços;

XI - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XII - Cumprir todas as demais obrigações previstas no edital, na proposta, no contrato e na legislação aplicável aos serviços.

9.5 DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

9.5.1 a contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do contrato.

9.6 DA GARANTIA CONTRATUAL:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.6.1 A contratada deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária, desde que emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário), devendo constar expressa a renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.6.2 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

9.6.3 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará, entre outros, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

10 – DAS PENALIDADES

10.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação de preços constarão do edital do certame.

10.2 O descumprimento **injustificado** das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato para apresentar a **garantia contratual e, se vencida, a renovação**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da apólice do Seguro obrigatório aeronáutico – RETA apresentada na fase do certame licitatório:

- a) Até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
- b) De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Atraso injustificado no início da execução das viagens previstas em cada uma das rotas descritas no objeto do contrato:

- a) multa de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por hora de atraso, até o limite de 05 (cinco) horas;
- b) A partir da 5ª hora de atraso, sem prejuízo da multa prevista na alínea anterior, poderá ser considerada a inexecução do contrato.
- c) Não será considerado atraso injustificado a eventual alteração de horários, definida de forma consensual pelas partes, em função de situações que as tenham exigido.

III - Descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, assim como a manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação:

- a) Primeiro atraso injustificado de até 03 (três) dia úteis: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor do contrato;
- b) Segundo atraso injustificado de até 03 (três) dia úteis: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

III - Terceiro atraso injustificado de até 03 (três) dia úteis: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

IV - Quarto atraso injustificado de até 03 (três) dia úteis ou atrasos injustificados superiores a 03 (três) dia úteis, sem prejuízo das multas previstas nas alíneas anteriores, podem caracterizar a inexecução contratual.

10.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, garantido o direito do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

10.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

10.5 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

10.6 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

10.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei n. 6.830/80).

10.8 As multas não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10.9 O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A gestão do contrato ficará a cargo da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, ou na sua ausência, o seu substituto legal, e a fiscalização dos serviços contratados ficará a cargo dos Chefes de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, Guajará-Mirim e Costa Marques, respectivamente, ou seus substitutos legais.

12 - DOS ANEXOS

ANEXO ÚNICO: MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL ([0800461](#)).



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 12/03/2022, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0800438** e o código CRC **7A05548A**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002802-74.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em fretamento de aeronave com asa rotativa (tipo helicóptero) para atender as necessidades de deslocamento advindas do pleito eleitoral de 2022. Análise minuta do edital e do contrato.

PARECER JURÍDICO Nº 52 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), objetivando a contratação de empresa especializada detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), para atender as necessidades decorrentes das Eleições Gerais de 2022, especificamente nas regiões que abrangem a 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-mirim e a 5ª Zona Eleitoral do Município de Costa Marques, no Estado de Rondônia.

02. Realizado o Pregão Eletrônico nº 03/2022, as empresas licitantes apresentaram propostas com preço acima do estimado pela administração. Aberta a fase de lances foi solicitado pelo pregoeiro que as empresas participantes adequassem suas propostas aos valores estimados, o que foi recusado por todos os licitantes que mantiveram os preços inicialmente propostos. Diante da inexistência de propostas válidas, o pregoeiro recusou as ofertas realizadas resultando em certame fracassado (evento [0793498](#)).

03. Mediante o parecer jurídico n. 39/2022 ([0797344](#)), esta Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela possibilidade da contratação direta, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou repetir o certame, se não acarretar eventual prejuízo e forem observadas todas as condições estabelecidas na competição preambular.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Instada, a unidade demandante optou pela repetição da licitação, para tanto instruiu os autos com a solicitação nº 26/2022 ([0800927](#)), nova Informação Conclusiva do valor estimado ([0800165](#)) e Termo de Referência 2 ([0800438](#)). Na referida solicitação a COMAP esclareceu que o valor da contratação encontrava-se desatualizado, tendo em vista que a estimativa tomou por base os valores realizados nas eleições de 2020, sendo necessário, neste caso, um acréscimo no valor inicialmente previsto. Por fim, a unidade manifestou-se pela dispensa de nova análise do termo de referência, considerando que a única alteração na repetição da licitação foi o preço da contratação.

05. Recepcionado os autos na Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças determinou-se a juntada da programação orçamentária da possível despesa pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC), tendo essa unidade informado não existir disponibilidade orçamentaria suficiente para a despesa pretendida (evento [0801566](#)).

06. À vista da informação de indisponibilidade orçamentária, o titular da SAOFC sugeriu o remanejamento provisório de despesas ([0803071](#)) o que foi deferido pela Diretoria Geral pelo despacho nº 280 / 2022 - PRES/DG/GABDG ([0803295](#)).

07. Após autorização para remanejamento, a COFC juntou aos autos a programação orçamentária (evento [0804225](#)) para atender a despesa pretendida. Em seguida, os autos foram encaminhados à DG, que pelo despacho nº 300 / 2022 - PRES/DG/GABDG, aprovou o **ETP 11/2021-COMAP** ([0750952](#)), o **TR 2/2022-COMAP** ([0800438](#)), bem como autorizou a licitação na modalidade Pregão. A minuta da contratação foi anexada aos autos pela Seção de Contratos-SECONT no evento [0806276](#).

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta AJDG pela Remessa 50 ([0806750](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JÚRIDICA

09. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Pois bem, verifica-se que a minuta do edital em análise (0806749) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei nº 8.666/93, notadamente em seu art. 40, e da Lei nº 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

11. Como se trata de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), as propostas e os lances serão ofertados **POR LOTE ÚNICO**, considerando o **VALOR GLOBAL**, obtido mediante apresentação de propostas somente por meio do sistema eletrônico, consoante tópico 5.2.1 e subtópico 7.1.1.

12. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (itens 9.1, 9.2 e 9.5) bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, constante no item 9.6, letra “d” (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

13. Tratando-se do tipo de contratação em análise, digno de nota é a inserção da exigência de apresentação pelas licitantes, a fim de comprovar sua qualificação técnica, dos documentos referentes à empresa do ramo de aviação, à aeronave e ao piloto, sistematizados no subitem 9.3 do instrumento convocatório. Dentre eles o registro da aeronave e da carteira individual de voo do piloto da aeronave.

14. Ademais, destaca-se a conferência e ratificação, pelo pregoeiro, dos documentos habilitatórios apresentados pelas licitantes, em relação à aeronave e ao piloto, emitidos pela ANAC, conforme letra “b”, inciso II e letra “c”, inciso IV, ambos do subitem 9.3, do Edital *sub examine*.

15. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no subitem 10.3, o registro de prazo razoável de 02 (duas) horas a partir da solicitação pelo Pregoeiro para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos termos do art. 38, § 2º e art. 43, § 2º, ambos do **Decreto nº 10.024/2019**.

16. As regras insertas no **Anexo II – Modelo Padrão de Proposta Comercial**, será utilizado para comprovação do preço do traslado, exigindo diversas informações da licitante em relação à distância



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e o custo hora/voo da aeronave no deslocamento de origem até a localidade de prestação dos serviços e de seu retorno. Destarte, restando dúvidas acerca da compatibilidade do preço ofertado em relação aos praticados pelo mercado, **poderá ainda o pregoeiro, no exercício do poder de diligências conferido pelo subitem 8.5 do edital do certame**, solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade de sua proposta.

17. Quanto à minuta de contrato, destaque para a possibilidade de alteração das datas de execução do objeto (**item 2.2, do TR e Cláusula Décima, III**), oportuno o registro, que, embora em fase de vacinação e desaceleração dos avanços da pandemia da COVID-19, se faz necessária a adoção das medidas de cautela implementadas pela COMAP, alertando os licitantes de que o cronograma poderá vir a sofrer alterações em suas datas de execução dos serviços, sem ônus para o contratante.

18. Ainda quanto à minuta do Contrato (Anexo III do edital), em análise formal dos seus termos, percebe-se que o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

19. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica APROVA os termos da minuta do Edital de Pregão Eletrônico e seus Anexos (0806749), dentre eles a minuta de contrato (Anexo III) (0806276), estando os instrumentos aptos a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA MARQUES TAVARES DA SILVA, Assistente I**, em 31/03/2022, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 31/03/2022, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0807187** e o código CRC **980419A7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002802-74.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em fretamento de aeronave com asa rotativa (tipo helicóptero) para atender as necessidades de deslocamento advindas do pleito eleitoral de 2022.

DESPACHO Nº 300 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) deste TRE/RO ([0731134](#)), objetivando a contratação de empresa especializada detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), no período de 29/09/2022 a 03/10/2022 (1º Turno das Eleições) e 27/10/2022 a 31/10/2022 (2º Turno das Eleições), para efetuar o serviço de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições Gerais de 2022, devendo a aeronave possuir capacidade, no mínimo, para 4 (quatro) passageiros e 150 Kg (cento e cinquenta quilogramas) de carga, especificamente nas regiões que abrangem a 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim e a 5ª Zona Eleitoral do Município de Costa Marques, no Estado de Rondônia.

Depois de fracassado o primeiro certame licitatório, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do Pregão Eletrônico nº 3/2022, ocasião em que homologou o pregão eletrônico, determinando-se, ainda, o envio do feito à **Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP)** para se pronunciar acerca da possibilidade de repetição do certame ou justificar a aquisição direta do objeto, com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93 (evento n. [0797903](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

De posse dos autos, a COMAP, em síntese manifestou-se pela repetição do certame licitatório, com o ajuste do valor estimado nos termos expostos na solicitação n. 26 ([0800927](#)), juntando-se nova informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0800165](#)), Termo de Referência atualizado ([0800438](#)) e o anexo único ao TR contendo modelo padrão de proposta ([0800461](#)), visando a continuidade do processo de contratação.

Tendo em vista que a COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projetos Básicos e Termos de Referência, elaborou o novo TR ([0800438](#)), subentende-se que o referido documento está em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei nº 10.520/2002, inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/2019 e do inciso XXIII do art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, bem como com as disposições constantes nos incisos I, II e III e art. 8º do Decreto Federal nº 10.024/2019.

Assim, considerando o teor da Solicitação 26 ([0800927](#)), bem como o novo Termo de Referência com preço ajustado, os autos foram remetidos à **COFC** para programação orçamentária ([0801523](#)), ocasião em que remanejou-se, provisoriamente, para complementação dos recursos orçamentários, o importe de R\$ 652.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil reais), a fim de possibilitar a deflagração do certame para a presente contratação, conforme autorizado por esta Diretoria-Geral ([0803295](#)).

Dessa forma, prosseguiu-se o processamento do feito, juntando-se os pré-empenhos n. [0804338/0804339](#) e submetendo-se os autos ao Secretário da SAOFC. Ocasão em que, considerando que o único elemento modificado em todo o procedimento diz respeito ao preço estimado, entendeu por desnecessária nova análise do Termo de Referência e emissão de parecer jurídico, manifestando-se pela aprovação do Termo de Referência n. 2 ([0800438](#)), pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([0800165](#)), mantendo-se todos os demais termos da manifestação anteriormente exaradas nos presentes autos ([0804768](#)).

Retornaram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei nº 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme registrado pelo Secretário da SAOFC, em sua manifestação (evento n. [0804768](#)), não houve alteração substancial nos documentos que embasam a presente contratação, mas tão somente do valor estimado apresentado pela unidade demandante, após o fracasso do primeiro certame licitatório.

Dessa feita, verifica-se que os autos haviam sido instruídos com todos os documentos necessários ao devido processamento, tais como a solicitação de contratação ([0749304](#)), o estudo técnico preliminar para pregão eletrônico (ETP) ([0750952](#)) e agora com a nova informação conclusiva do valor estimado ([0800165](#)). Já exarados parecer jurídico ([0779182](#)) e manifestação da SAOFC ([0510775](#)) favoráveis a deflagração do certame para a contratação do objeto pretendido.

Após a manifestação da unidade demandante pela repetição do certame, procedeu-se ao ajuste no valor estimado para a contratação dos serviços, passando para a cifra de R\$ 1.152.000,00 (um milhão cento e cinquenta e dois mil reais) para as 3 rotas pré-estabelecidas, destacando as notas constantes nos itens 2.2 do TR nº 2 ([0800438](#)) relativa a possibilidade de alterações das datas das viagens, sem quaisquer ônus ao contratante, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020.

Dos autos se extrai a comprovada necessidade da contratação, tendo em vista, como bem pontuado no subitem 3.1 do item 3 do TR ([0800438](#)), a necessidade da realização dos deslocamentos nas Eleições de 2022 para alguns distritos onde não há acesso facilitado por terra e água, em decorrência das condições geográficas e climáticas dessas regiões, aliado, ainda, ao pouco ou quase nenhum desenvolvimento econômico, necessitando, assim, operar-se via transporte aéreo.

Em razão do valor estimado da contratação (R\$ 1.152.000,00 (um milhão cento e cinquenta e dois mil reais)) extrapolar a situação de dispensa legal e que, e por se tratar de serviço definido como comum pela unidade técnica, cujos padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como **imperiosa a adoção da modalidade de Pregão em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, procedimento que foi incorporado no procedimento deste Tribunal através da Portaria nº 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O edital de licitação, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993, para a contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser o de **“menor preço”, por lote único**, sob regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, conforme os critérios de aceitação de proposta apresentados no **item 8** do TR.

No presente caso, continua inaplicável o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, haja vista que o valor estimado supera os limites delineados pelo art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta a Lei Complementar n. 123/06.

Nos termos dispostos no item 8.2 do TR n. 2 ([0800438](#)) referente a aglutinação das 3 rotas em lote único, não há óbice a tal procedimento uma vez que se encontra amparado em reiteradas decisões do TCU, *vg*, nos Acórdãos n. 5.260/2011 - 1ª Câmara e n. 861/2013 - Plenário, os quais, sem afastar a aplicação da Súmula 247 do TCU, definem a licitude dos agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si, como bem apontado no item 15 do parecer jurídico da Assessoria Jurídica.

Quanto à sustentabilidade, o TR no item 5 prevê a exigência de uso de equipamentos homologados pela ANAC, ANATEL e ABNT, a adoção de EPI's aos condutores das aeronaves, bem como o fornecimento de toda documentação relacionada à execução contratual em meio digital, sempre que possível.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação para atender à demanda deste Tribunal nas Eleições Gerais 2022, com base nas atribuições conferidas pela Portaria nº 66/2018:

1 - Aprovo o ETP 11/2021-COMAP ([0750952](#)), quanto o TR 2/2022-COMAP ([0800438](#)) porquanto possui os elementos essenciais definidos no [inc. XI do art. 3º do Decreto Federal nº. 10.024/2019](#), em atendimento ao [inc. II do art. 14 do mesmo regulamento](#);

2 - Autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço, por lote único, sob o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019;

3 – Determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, porquanto seu valor estimado excede o limite



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais), com fulcro no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06;

4 – Determino a aplicação dos critérios de sustentabilidade, consoante item 5 do Termo de Referência 2/2022/COMAP; e

5 – Determino a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.

À SAOFC para continuidade dos atos atinentes à pretensa contratação.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Analista Judiciário, em 24/03/2022, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0805222** e o código CRC **952F8860**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002802-74.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico n. 10/2022 – Contratação de empresa especializada em fretamento de aeronave com asa rotativa (tipo helicóptero) para atender as necessidades de deslocamento advindas do pleito eleitoral de 2022.

PARECER JURÍDICO Nº 6 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), objetivando a contratação de empresa especializada detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), para atender as necessidades decorrentes das Eleições Gerais de 2022, especificamente nas regiões que abrangem a 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-mirim e a 5ª Zona Eleitoral do Município de Costa Marques, no Estado de Rondônia, consoante Termo de Abertura ([0731134](#)).

02. A minuta de contrato ([0806276](#)) e a de Edital de Pregão Eletrônico ([0806749](#)), foram objetos de análise da Assessoria pelo Parecer Jurídico nº 52/2022 – PRES/DG/AJDG ([0807187](#)), recebendo sua aprovação juntamente com seus anexos, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Realizadas a fase interna e iniciada a fase externa do Pregão Eletrônico nº 10/2022 ([0809351](#)) por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios de sua divulgação juntado ao evento [0810359](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

05. Para instrução do processo, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

- a) Relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0818136](#));
- b) Documentos de habilitação da licitante SAGRES TÁXI AÉREO LTDA - CNPJ 01.539.425/0001-36 ([0818187](#), [0818416](#), [0818421](#), [0818620](#) e [0819423](#));
- c) Manifestação da unidade técnica – COMAP – solicitada pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pela licitantes durante o certame ([0818858](#));
- d) Resultado por fornecedor ([0819671](#));
- e) Ata do Pregão Eletrônico ([0819669](#));
- f) Termo de adjudicação ([0819672](#));
- g) Publicação do resultado do julgamento no DOU e DJE ([0821160](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório nº 22/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0819816](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela SLC à Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0819820](#)). **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE Nº 10/2022

07. Desencadeadas as fases externas da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis das publicações para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

08. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dia e horário em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.

09. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos, senão vejamos:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0818136](#)) e na Ata de Realização do Pregão Eletrônico n. 10/2022 ([0819669](#)). Não houve recusa de lances.

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelado na aceitação: Não houve.

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* -, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observado o critério de julgamento. As ocorrências estão registradas nos itens 5.3 e IX do Relatório do pregoeiro ([0819816](#)), cujas justificativas demonstram a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidos no instrumento convocatório.

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, a licitante SAGRES TÁXI AÉREO LTDA - CNPJ 01.539.425/0001-36, atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0818187](#), [0818416](#), [0818421](#), [0818620](#) e [0819423](#)). Dessa forma, a citada licitante foi habilitada com base na manifestação da unidade técnica demandante ([0818858](#)).

h) Do Recurso: Não houve.

10. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

11. O procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obteve-se uma economia.

12. Além disso, **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0819669](#)).

13. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

14. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (0819672)**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **TAHIS SILVANA IOCCA, Assessor Jurídico**, em 29/04/2022, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0822173** e o código CRC **F4EBC25E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002802-74.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 10/2022 – Contratação de empresa especializada em fretamento de aeronave com asa rotativa (tipo helicóptero) para atender as necessidades de deslocamento advindas do pleito eleitoral de 2022.

DESPACHO Nº 463 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, visando à contratação de empresa especializada detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), para atender as necessidades decorrentes das Eleições Gerais de 2022, especificamente nas regiões que abrangem a 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-mirim e a 5ª Zona Eleitoral do Município de Costa Marques, no Estado de Rondônia, consoante Termo de Abertura ([0731134](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Após a publicação do edital do certame, não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: a) Relatório de propostas do sistema COMPRASNET ([0818136](#)); b) Documentos de habilitação da licitante SAGRES TÁXI AÉREO LTDA - CNPJ 01.539.425/0001-36 ([0818187](#), [0818416](#), [0818421](#), [0818620](#) e [0819423](#)); c) Manifestação da unidade técnica – COMAP – solicitada pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pela licitantes durante o certame ([0818858](#)); d) Resultado por fornecedor ([0819671](#)); e) Ata do Pregão Eletrônico ([0819669](#)); f) Termo de adjudicação ([0819672](#)); g) Publicação do resultado do julgamento no DOU e DJE ([0821160](#)). Por fim juntou o Relatório nº 22/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0819816](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitadas a licitante SAGRES TÁXI AÉREO LTDA, CNPJ 01.539.425/0001-36, que atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0818187](#), [0818416](#), [0818421](#), [0818620](#) e [0819423](#)).

Não houve registro de intenção de recurso.

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da lei nº 10.520/02 ([0822173](#)).

Vieram os autos para análise final do processo licitatório, com vistas a homologação do Pregão Eletrônico n. 10/2022.

Analisando os autos, verifica-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação. Além disso observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP nº 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ELETRÔNICO Nº 09/2022, adjudicando o objeto em favor da licitante **SAGRES TÁXI AÉREO LTDA**, CNPJ nº 01.539.425/0001-36, que atendeu aos requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0819672](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **SLC** para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se à **SAOFC** para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 02/05/2022, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0822388** e o código CRC **94671C76**.